

---

# EDUCAÇÃO FORMAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENSINO NO INTERIOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

---

**MARIANA LUZ PATEZ**

Instituto Federal do Espírito Santo  
E-mail: maripatez@gmail.com

**LEONARDO BIS DOS SANTOS**

Instituto Federal do Espírito Santo  
E-mail: leonardo.bis@ifes.edu.br

**CHARLES MORETO**

Instituto Federal do Espírito Santo  
E-mail: charlesm@ifes.edu.br

## RESUMO

Este artigo surgiu como consequência da investigação realizada para a pesquisa Desenvolvimento Regional Sustentável que considerou o recorte temático da educação formal para averiguar três Microrregiões de Planejamento do Estado do Espírito Santo (Caparaó, Central Serrana e Sudoeste Serrana) – as quais, totalizam 24 municípios. A metodologia desenhada para esta investigação seguiu uma abordagem mista – quantitativa e qualitativa -, mesclando instrumentos semiestruturados (grupos focais e entrevistas), estruturados (questionários) e análise documental. Entre os principais resultados estão evidências de que a pandemia de COVID-19 aprofundou as desigualdades na educação a partir de acessos distintos ao ensino; evidenciou que as estratégias utilizadas pelas gestões estadual e municipais enfrentaram dificuldades no âmbito tecnológico para minimizar os impactos nos processos de ensino formal. As tentativas de disponibilização de recursos físicos - oferta de equipamentos e de estrutura -, bem como a falta ou a inadequada formação continuada dos profissionais da educação para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, pela via do ensino remoto e/ou híbrido, desembocaram em um cenário de ampliação do fosso social existente entre os mais ricos e os mais pobres.

## PALAVRAS-CHAVE:

Desenvolvimento Regional Sustentável, Educação, COVID-19, Microrregiões do Espírito Santo.

---

**FORMAL EDUCATION IN PANDEMIC TIMES: A CASE STUDY ON TEACHING STRATEGIES IN THE INTERIOR OF THE STATE OF ESPÍRITO SANTO**

---

**ABSTRACT**

This article results from a research carried out for the Sustainable Regional Development research that considered the thematic focus on formal education to investigate three Planning Microregions of the State of Espírito Santo (Caparaó, Central Serrana and Sudoeste Serrana) – which total 24 municipalities. The methodology designed for this investigation followed a mixed approach – quantitative and qualitative -, mixing semi-structured instruments (focus groups and interviews), structured instruments (questionnaires) and documental analysis. Among the main results are evidence that the COVID-19 pandemic has deepened inequalities in education based on different access to education; showed that the strategies used by state and municipal administrations faced difficulties in the technological field to minimize impacts on formal education processes. Attempts to make physical resources available - supply of equipment and structure -, as well as the lack or inadequate continuing education of education professionals for the development of pedagogical work, via remote and/or hybrid teaching, led to a scenario widening the social gap between the richest and the poorest.

**Keywords:**

Sustainable Regional Development, Education, COVID-19, Microregions of Espírito Santo.

## 1. INTRODUÇÃO

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelo auge de uma grave crise sanitária provocada por uma cepa do coronavírus (SARS-CoV-2) e a doença causada por ele (COVID-19), vários setores da esfera social tiveram suas ações dificultadas ou inviabilizadas em função do rápido perfil de contaminação. No Brasil, segundo fontes do Governo Federal, mais de 700 mil vidas já foram perdidas para a doença<sup>1</sup>. Corrobora essa afirmação o Conselho Federal de Economia (2021) e o Conselho Nacional de Saúde (2022), que em novembro de 2022 destaca dados produzidos pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP).

Antes da chegada das vacinas, contudo, se deram outras estratégias de contenção da doença. Assim, foram empreendidos esforços para bloquear o avanço na transmissão a partir do isolamento social. Essa estratégia desnudou facetas perversas de nossa sociedade, uma vez que as condições desproporcionais desse isolamento intensificaram desigualdades sociais. As classes trabalhadoras, com necessidades materiais iminentes, não tiveram as mesmas condições estruturais e financeiras de isolamento que aqueles pertencentes às classes mais abastadas. Trabalhar, conviver e estudar nessas condições exigiam elementos estruturais e culturais aos quais as famílias mais pobres muitas vezes não tinham acesso.

Este artigo decorre de investigação realizada para o diagnóstico integrado do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo (FAPES), o qual teve como parceiros institucionais a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). A pesquisa foi idealizada antes da pandemia e executada durante o período mais crítico da COVID-19, exigindo inúmeras reconsiderações frente ao

---

<sup>1</sup> Segundo site gerenciado pelo governo brasileiro, 702.664 pessoas haviam falecido quando encerramos a escrita deste artigo (Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 29 mai. 2023).



percurso inicialmente traçado. Seu objetivo, contudo, permaneceu inalterado e visou à produção de dados estratificados por microrregiões, no estado do Espírito Santo para a elaboração de planos regionais de desenvolvimento sustentável<sup>2</sup>.

No recorte apresentado neste artigo, interessou-nos produzir e analisar dados para discutir sobre as inúmeras das desigualdades sociais e seus reflexos no contexto da educação - especificamente, aferir como se reordenaram as condições de ensino referentes a três microrregiões do estado do Espírito Santo: Caparaó, Central Serrana e Sudoeste Serrana. Partimos do pressuposto que a problemática envolvendo educação e desigualdades sociais é central para o desenvolvimento de qualquer comunidade ou região.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre as dimensões descritivas e normativas que envolvem a educação e o ensino em todo país produz marcações técnicas e teóricas distintas. No campo da sociologia, o debate é profícuo e abarca posicionamentos que alavancam a educação como cimento social, necessário para manter o funcionamento de uma sociedade, assim como desnudam sua potência transformadora, com base na ideia da emancipação humana. Entre os polos opostos existem questões inerentes às relações que configuram e reconfiguram forças sociais em conflito.

O Estado como catalizador de aparelhos ideológicos, como já afirmou Althusser (1985), é conformado por disputas entre grupos distintos, que agregam e reproduzem capitais. Acerca desse debate, buscamos em Pierre Bourdieu elementos para avançar na reflexão e inserir a dimensão simbólica dessa luta. Para o autor francês, os sistemas simbólicos são “instrumentos de conhecimento e comunicação [que] só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (2004, p. 9). Tais instrumentos são estruturados por grupos de pessoas a partir de outros sistemas simbólicos e, também, por estruturas materiais que se retroalimentam, o que provoca continuidades e rupturas, de acordo com o jogo de forças sociais em questão. Os

---

<sup>2</sup> O diagnóstico completo das três microrregiões (Caparaó, Central Serrana e Sudoeste Serrana) foi entregue ao Instituto Jones dos Santos Neves em outubro de 2021 e somado aos diagnósticos das outras sete microrregiões. Estão reorganizados em Sumário Executivo, Diretrizes do Plano de Ação e Panoramas. Também se encontram disponíveis os Planos de Ação de cada microrregião e outras publicações relacionadas a esta pesquisa. Publicações disponíveis em <http://drs.ijsn.es.gov.br/produtos#planodeacao>. Acesso em 07 jun. 2023.

detentores de maior capital simbólico – que muitas vezes podem se confundir com os detentores de capital econômico, ou serem cooptados por estes últimos (ou ainda primarem pelo conflito contra as forças dominantes) – são cruciais no desenvolvimento de uma sociedade. Em uma comunidade global, onde a internet é um elemento relevante na produção de subjetividades (manifestações do pensamento que podem ser adensadas na fala/escrita e na ação), o capital simbólico assume dimensões singulares que não foram completamente previstas por Bourdieu, falecido em 2002, antes da popularização de equipamentos como os *smartphones*.

De toda forma, o autor francês apresenta contribuições atemporais que auxiliam no entendimento das desigualdades sociais quanto à permanência e ao rendimento de alunos no sistema educacional. Bourdieu e Passeron (1982), na elaboração de uma de suas obras em que analisam o sistema educacional na França durante a década de 1970, destacam como as origens sociais e culturais dos estudantes influenciam suas vidas acadêmicas; ressaltam como as existências são reproduzidas na e pela escola, com o suporte de sistemas simbólicos e de condições materiais.

Tomando essas reflexões como parâmetros teóricos, Anjos e Cardoso empreenderam pesquisa sobre desigualdades e privilégios na educação, no contexto da COVID-19. Os autores reforçam que, para Bourdieu e Passeron, “as precondições sociais se tornam fundamentais, possibilitando baixo ou alto capital cultural na formação de indivíduos que vivem num processo de luta constante por recursos escassos” (ANJOS; CARDOSO, 2022, p. 13). O poder explicativo da teoria bourdieusiana, dessa forma, abre espaço para reflexões sobre as condições de acesso e de permanência de alunos. A adoção de tecnologias remotas para aulas, no período pandêmico, demandou um repertório que envolveu equipamentos de acesso, infraestrutura de transferências de dados, capital cultural<sup>3</sup> como elemento fundamental para o fomento dos estudos, autonomia e responsabilidade em face da elevada quantidade de informações que circulavam na internet.

---

<sup>3</sup> Segundo Bourdieu, “o legado de bens culturais acumulados e transmitidos pelas gerações anteriores, pertence *realmente* (embora sejam *formalmente* oferecido para todos) aos que detêm os meios para dele se apropriarem, quer dizer, que os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais (ao lado das satisfações simbólicas que acompanham tal posse) por aqueles que detêm o código que permite decifrá-los. Em outros termos, a apropriação destes bens supõe a posse prévia dos instrumentos de apropriação.” (BOURDIEU, 2005, p. 297). O capital cultural, assim, são esses instrumentos simbólicos que permitem a apropriação do conhecimento. Essa apropriação se apresenta em camadas interpretativas, que são distribuídas de forma desigual, acompanhando e retroalimentando as desigualdades sociais.

Segundo Araújo *et. al.* (2022, p. 3), “o ensino remoto-domiciliar, em vigência desde o primeiro semestre de 2020, trouxe inúmeros desafios para sua execução, o primeiro diz respeito ao acesso aos equipamentos tecnológicos necessários e a conexão à internet”. Couto, Couto e Cruz, ao abordarem as possibilidades abertas pela conectividade e suas ambiguidades, destacam que

O isolamento social criativo é para poucos, para os que têm moradias adequadas e dignas, em espaços bem urbanizados, com renda suficiente e conexão de Internet estável e veloz. A globalização agrega, mas também promove uma imensa desigualdade social, econômica, cultural e educacional para uma maioria de empobrecidos e miseráveis que experimentam, de muitas e cruéis maneiras, as renovadas formas das exclusões que empurram regiões e populações inteiras para as margens sangrentas das necessidades básicas de sobrevivência. (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020, p. 210)

Assim, convém questionar: até que ponto a educação e as modalidades remotas de ensino conseguiram dar respostas à formação humana de crianças e adolescentes em idade escolar? Sabe-se que nem todos tiveram as mesmas condições de ensino.

Devemos esclarecer que a nossa perspectiva de desenvolvimento é ampla e não se restringe à esfera econômica – mesmo entendendo sua relevância. Para isso, nos apoiamos nas elaborações de Amartya Sen (2000), que estabelece uma relação direta entre desenvolvimento e melhora da qualidade de vida. Assim, o crescimento econômico é relevante quando é apropriado por toda a sociedade. Se apenas parcela se apropria das riquezas conflui para o aumento das desigualdades sociais existentes. Para o economista indiano, “o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (SEN, 2000, p. 29). Especificamente no tocante às liberdades, Sen (2000) descreve que: “- mais fundamentalmente –, a liberdade política e as liberdades civis são importantes por si mesmas, de um modo direto; não é necessário justificá-las indiretamente com base em seus efeitos sobre a economia” (SEN, 2000, p. 31). Apropriamo-nos dessas ideias fundamentais e buscamos aplicá-las ao contexto social; dessa forma, a realidade deveria – dimensão normativa – partir da lógica da equidade.

O cenário de novas dúvidas povoou os debates já acalorados em torno dos rumos da educação. Afinal, quais foram as alternativas colocadas às Instituições públicas de educação frente ao cenário pandêmico? Emerge com vigor a necessidade de produzir dados sobre a oferta

de equipamentos e de estrutura de ensino, bem como levantamentos sobre a formação continuada dos profissionais da educação para o enfrentamento de um período tão singular, como o atravessado entre 2020 e 2021 por conta da pandemia.

### 3. METODOLOGIA

Trata-se de uma investigação envolvendo 24 municípios do estado do Espírito Santo, agrupados nas Microrregiões de Planejamento Caparaó, Central Serrana e Sudoeste Serrana. No território residem 430.817 pessoas, segundo dados do IBGE (2019). A análise dos dados produzidos teve como foco a categoria teórica desigualdades sociais. Feitas essas considerações iniciais, passamos aos métodos de produção de dados.

Tratamos esta pesquisa como um estudo de caso, de acordo com a definição preconizada por Yin (2001). Realizamos triangulação de dados primários e secundários, quantitativos e qualitativos. Segundo Richardson e colaboradores (1985), a complementaridade entre métodos quantitativos e qualitativos pode transcorrer no planejamento da pesquisa, na produção dos dados e/ou na análise da informação. É essa complementaridade que garante confiabilidade científica para os dados produzidos e, nesse sentido, buscamos aplicar tais parâmetros a partir da comparação entre fontes distintas. Essa abordagem foi selecionada levando em consideração a complexidade das questões discutidas e a natureza do momento único vivenciado pela atual geração, em função da pandemia provocada pelo COVID-19.

Os dados secundários foram materializados nesta pesquisa a partir dos documentos que permeiam os resultados e discussões, de modo a concretizar a triangulação das fontes.

Para subsidiar a produção de dados primários foram utilizados como estratégias de investigação entrevistas, grupos focais e formulário do tipo *survey*. As entrevistas em profundidade foram realizadas junto a gestores estaduais da educação, tais como superintendentes regionais, diretores escolares e gerentes da educação básica. Foram também entrevistados representantes da educação na sociedade civil – coletivos representantes dos professores (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do ES - SINDIUPES, Coletivo Educação pela Base); representantes das gestões municipais de educação (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME, União dos Dirigentes Municipais da Educação –

UNDIME); representantes da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Espírito Santo e da Comissão de Educação da ONG Espírito Santo em Ação; representante do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável – CDRS.

A utilização da entrevista como instrumento de produção de dados permite aprofundar a temática em investigação, conferindo liberdade de expressão ao entrevistado e garantia do foco pelo entrevistador. Segundo Gil (2010), essa abordagem justifica a ausência de amostra com rigor estatístico. Com base nessa justificativa, realizamos 13 entrevistas entre os dias 31 de agosto a 02 de outubro de 2020. As entrevistas aconteceram em formato virtual e contaram com a mediação de uma plataforma de comunicação.

Paralelo a esse grupo, buscamos alcançar professores e estudantes. Para subsidiar teoricamente essa estratégia de produção de dados, nos apoiamos em Babbie (*apud* Creswell, 2010) e Barbeta (1999): o primeiro autor defende “uma descrição quantitativa ou numérica de tendências, de atitudes ou de opiniões de uma população, estudando uma amostra dessa população” (BABBIE *apud* CRESWELL, 2010, p. 36), enquanto Barbeta (1999) apresenta o argumento da possibilidade de utilização da amostragem por julgamento - em que, diante de questões como custos e tempo para uma pesquisa com população grande, o pesquisador escolhe intencionalmente um grupo típico, representativo, de uma fração da população que se deseja estudar. Segundo o último autor, “o uso de uma amostragem por julgamento pode ser uma boa alternativa, mesmo com a limitação de que os resultados desta pesquisa não necessariamente valham para todos [...]” (BARBETA, 1999, p. 54). Tratando-se de um estudo de caso, sem a pretensão generalista, temos suporte teórico para balizar metodicamente nossa base de produção de dados primários. Assim, utilizamos um instrumento de campo tipo *survey* abrigado em ambiente virtual, aplicado entre os dias 04 e 29 do mês de setembro de 2020, com 61 respondentes válidos - foram contabilizados apenas aqueles que autorizaram a utilização dos dados, seguindo os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

O último recurso metódico utilizado para a produção de dados qualitativos foi a execução de grupo focal com estudantes das microrregiões. Considerando as três microrregiões, foram realizados 4 grupos focais, totalizando a participação de 17 estudantes – média de 4 estudantes por grupo, a fim de potencializar a expressão comunicativa de cada um dos

participantes. Foram considerados todos os procedimentos éticos para o desenvolvimento da pesquisa para uso de conteúdo fornecido pelos entrevistados.

Segundo Gatti (2005)

O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, construindo-se uma técnica importante para o conhecimento da representações, concepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum relevantes para o estudo do problema visado. (p.11)

**Figura 1 – Principais passos e evidências do estudo de caso**



Fonte: elaboração dos autores, 2023.

**OBS: as referências e os documentos analisados não se resumem aos citados na figura. Trata-se das principais abordagens.**

Em virtude do risco de contágio pela COVID-19 e dos recursos financeiros disponíveis, toda a execução do campo presencial foi inviabilizada e as percepções de leituras possíveis de serem captadas neste tipo de abordagem não foram possíveis. Em contrapartida, as várias técnicas utilizadas em um campo tão amplo com 24 municípios – aplicação de formulário

estruturado, grupos focais, entrevistas em profundidade e análise de documentos – apenas se concretizaram pela disposição das ferramentas on-line.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta sessão está dividida em duas partes: 1ª) a qual apresenta os resultados e discussões em torno dos desafios para oferta de ensino formal durante a pandemia e, 2ª) a qual destaca os resultados e discussões das práticas implementadas por prefeituras e Governo do Estado do Espírito Santo para minimizar os impactos da pandemia.

### 4.1. OS DESAFIOS PARA A OFERTA DE ENSINO FORMAL

Nossa pesquisa buscou mapear, no campo da educação formal, a maneira como o processo de ensino foi conduzido no desenrolar da pandemia provocada pela COVID-19 ao longo do ano de 2020. Nossa chave de leitura da realidade – conceito teórico – foram as relações de desigualdade social. Compreendemos como educação formal “aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdo previamente demarcados” (GOHN, 2006, p. 26).

Diante dos desafios impostos pela pandemia, apresentamos as estratégias e os desafios adotados para o enfrentamento da situação. Estudantes e gestores do sistema de educação pública formal foram os mais afetados – ainda que em níveis diferentes. A suspensão das atividades pedagógicas presenciais foi o disparador de uma série de eventos envolvendo esses dois grupos.

De maneira geral, os municípios que compõem as microrregiões Caparaó, Central Serrana e Sudoeste Serrana apresentaram semelhanças quanto à condução da crise, vez que se submetem às mesmas legislações estaduais e os municípios não impuseram regras específicas em seus territórios. Entretanto, ao mapear os desafios, observamos algumas particularidades em cada microrregião.

Na linha do tempo temos que, sem tempo hábil para um planejamento e uma execução de etapas para a transferência do alunado da escola para casa, no dia 16 de março de 2020 foi publicado o Decreto 4.597-R que determinou a suspensão das aulas, a partir do dia 23 de março daquele mesmo ano, em todo o estado do Espírito Santo. Nos 24 municípios pesquisados,

estavam localizadas 529 unidades formais de ensino em funcionamento (SEDU, 2019), o que totalizava cerca de 90 mil estudantes dos ensinos fundamental e médio orientados a não retornarem à escola para atividades presenciais.

As exigências para a contenção da transmissão do COVID-19 afetaram diversos setores, mas, para os estudantes e professores, o principal desafio foi a adaptação ao novo formato de ensinar e de aprender. O formato mudou, mas a metodologia não - o modelo e quantidade de atividades continuaram semelhantes ao período em que as aulas ocorriam no modelo presencial, desconsiderando a disponibilidade de ferramentas físicas, como computadores e acesso à internet e, emocionais, como o gerenciamento do tempo e a presença da família. Se antes o estudante possuía o aparato da escola, com professores e colegas para auxiliar o aprendizado, a partir do isolamento social, foi preciso fazer “sozinho” e, quando muito, a partir de aparatos virtuais. Concentrar-se nos estudos e seguir com as atividades programadas para o ano letivo se mostrou um árduo aprendizado diário.

“Pra estudar também tá sendo um período meio complicado, não sei se é pra todo mundo, porque eu acho que me falta um pouco de foco, eu fico meio ansiosa com tudo que tá acontecendo e acaba meio que se desfazendo e não tendo foco nenhum sob os estudos, e tal... mas, estamos levando.” (J.S., estudante graduação)

“O problema é em casa que você possui mais distração né, tem que focar né. É difícil!” (A.F., estudante ensino médio integrado)

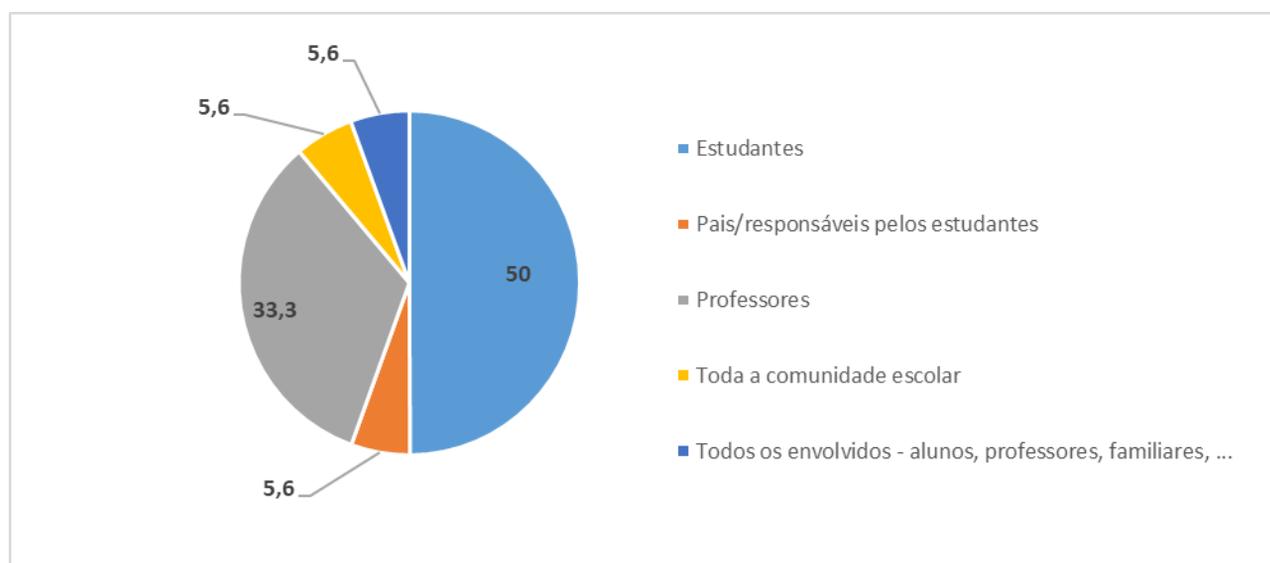
Para parte dos estudantes, a interrupção das aulas presenciais significou desenvolver novas habilidades relacionadas à autonomia, ao estudo e ao aprendizado solitário. Em razão disso, aqueles que dispunham de recursos, frente à inabilidade de construir ou assimilar conhecimentos sozinhos, buscaram auxílio em instituições privadas on-line para complementar e auxiliar nos estudos. Todavia, para a maioria, buscar outros meios de acesso ao conhecimento ou outras instituições que os ajudassem a transpor esta etapa, não foi uma escolha possível. Para muitos, estudar durante a pandemia foi um momento difícil.

“(...) tá sendo meio complicado porque tem dias, como hoje, que a conexão fica falhando e não conseguem falar com os professores. Tem sido estressante para todos e alguns estão tendo dificuldades porque não conseguem se concentrar em casa” (A.M., estudante curso superior)

Os professores enfrentaram problemas semelhantes aos dos estudantes no que diz respeito ao gerenciamento do tempo, ao acesso a equipamentos e à internet. Além das atividades de trabalho que não foram interrompidas no período de pandemia, muitos ainda precisaram compartilhá-las com as exigências da maternidade/paternidade, com o preparo das refeições e com todos os outros cuidados da vida doméstica. Barulhos e ocorrências intempestivas diversas permearam as atividades docentes *home office*. Foi necessário aprender rapidamente outra linguagem para a comunicação virtual e o manuseio das ferramentas digitais e durante o período de atividades remotas, prevaleceu o improviso para gravar e transmitir as aulas sem os equipamentos e conhecimentos adequados.

Entre as microrregiões, foi consenso reconhecer que os estudantes representam o segmento mais afetado pela pandemia, seguido pelos professores, como demonstra a Figura 2.

**Figura 2 – Segmento relacionado à educação mais afetado pela pandemia (%)**



**Fonte: Dados produzidos pelos pesquisadores, 2020.**

À medida em que a percepção sobre a extensão da pandemia avançou, os gestores públicos analisaram as possibilidades de retorno às atividades presenciais dos segmentos prioritários e de prestação de serviços, de acordo com mapas de risco divulgados semanalmente. Considerando esses mapas, municípios classificados com risco moderado de contaminação para a COVID-19 estavam autorizados a retomar as atividades presenciais de forma escalonada,

seguindo as orientações disponibilizadas em parceria pelas Secretarias Estaduais de Saúde e Educação<sup>4</sup>.

Com o retorno das atividades presenciais, em julho de 2021, o trabalho do professor dobrou, literalmente, pois não havendo obrigatoriedade da presença dos estudantes na escola, fez-se necessário preparar aulas e materiais didáticos para as duas modalidades – presencial e remota, razão pela qual os professores explicitam o esgotamento físico e mental.

Para os estudantes e gestores do campo educacional, o impacto provocado pela interrupção das aulas afetou diretamente o processo de ensino e aprendizagem, a interação entre pares e a saúde emocional de estudantes. Desta forma, era fundamental estabelecer estratégias para manter o vínculo dos alunos com a escola. Neste cenário, a maioria dos municípios adaptou as orientações vindas de instâncias superiores em relação à oferta de atividades não presenciais, de acordo com a sua realidade. Apesar de a maioria dos municípios se assemelharem socioculturalmente, os recursos disponibilizados pelas redes municipais, estadual, federal e privada foram díspares – em grande medida, reproduzem disparidades encontradas na sociedade (como diria Bourdieu, a escola reproduz desigualdades sociais). Municípios que possuíam sistema próprio, que possuem Conselho Municipal de Educação deliberativo e atuante, têm maior capacidade de definir suas legislações e de orientar as unidades de ensino de maneira independente. Já os municípios que não possuíam sistema, precisaram seguir as portarias e decretos estaduais; entre os 24 municípios investigados, apenas seis haviam constituído seus sistemas de educação até 2021: Laranja da Terra (Microrregião Sudoeste Serrana), Alegre, Bom Jesus do Norte, Ibitirama, Iúna e Muniz Freire (Microrregião Caparaó).

Para minimizar os impactos da ausência em sala de aula, as redes de ensino utilizaram ferramentas distintas – desde o empréstimo de equipamentos até a entrega de material impresso. As escolas foram orientadas a rastrear os estudantes que não dispunham de acesso às atividades on-line – busca ativa. Em muitos municípios, especialmente no interior, o professor atuou como elo central para a manutenção do vínculo do estudante com a escola, pois assumiu a

---

<sup>4</sup> O Estado do Espírito Santo, através do Núcleo Interinstitucional de Estudos Epidemiológicos, promoveu ações coordenadas auxiliando a tomada das decisões do governo para o enfrentamento da pandemia. Mais informações sobre este assunto podem ser consultadas em [http://www.ijns.es.gov.br/observatorio-covid-19?layout=isotope3:normal&types\[0\]=1](http://www.ijns.es.gov.br/observatorio-covid-19?layout=isotope3:normal&types[0]=1). Acesso em 07 mai. 2021.

tarefa de distribuir as atividades impressas aos alunos que não dispunham de ferramentas para o acesso on-line. Normalmente, o professor que possuía algum contato de parentesco ou amizade com a família do estudante, ou ainda morava próximo a algum estudante, conduzia a entrega das atividades com seus próprios recursos.

“Qualidade de sinal de TV? Não tem sinal digital, telefonia móvel, internet... a rede de dados não suporta [as transmissões] e o equipamento não comporta os aplicativos. Os estudantes buscam o material impresso. Para os estudantes que não tem transporte os professores levam.” (D.C., gestora pública regional)

A pandemia evidenciou a desigualdade de acesso à disponibilidade de sinal digital para TV, à telefonia móvel, à internet e a equipamentos para a população estudantil. Para reduzir as repercussões do afastamento da sala de aula durante a pandemia, materiais educativos com conteúdo e atividades foram impressos pelas escolas e distribuídos aos estudantes.

“O Programa EscoLAR foi desenhado para reforço de aprendizagem e se mostrou viável para implementação neste período. Mas considerando a nossa realidade, precisamos enviar atividades impressas. Recorremos aos professores, agentes de saúde, pontos de distribuição para que eles [os estudantes] pudessem buscar as atividades de maneira voluntária.” (H.D., gestor público regional)

Um dos grandes limitadores - identificados pelos usuários da rede educacional pública para melhorar o desempenho das atividades de professores e estudantes neste período - foi a qualidade da internet. A disponibilização desse recurso em áreas menos populosas demanda investimentos e as empresas, que possuem a concessão do sistema de telecomunicações dessas regiões, julgam não ter retorno lucrativo. Desta forma, as áreas rurais com menor densidade demográfica e zonas urbanas de cidades no interior ficam limitadas a serviços caros e com qualidade insatisfatória.

Ainda foi possível observar que, a partir dos dados primários confrontados com documentos da Anatel, mesmo nas unidades escolares onde o serviço é disponibilizado pelo Programa Banda Larga nas Escolas e Atendimento Rural, a velocidade disponibilizada ainda é muito limitada, bem como na maioria da residência dos estudantes.

Para os estudantes que não dispunham de ferramentas para o acesso on-line, a recomendação foi utilizar o recurso de material impresso entregue pela escola, para realizar as atividades educativas, mediante agendamento para retirada e posterior entrega do material na

unidade escolar. Mesmo assim, de acordo com a percepção dos entrevistados - usuários e colaboradores dos serviços de educação –, pelo menos 54,09% acreditam que os estudantes não tiveram acesso a nenhum instrumento disponibilizado pelas redes de ensino públicas - fosse material impresso ou digital.

Uma outra preocupação em relação ao afastamento da sala de aula foi quanto à expectativa da evasão - especialmente entre os grupos de estudantes que já são considerados pontos de atenção, como os alunos finalistas do ensino fundamental e do ensino médio.

“Todas as análises indicam o crescimento da evasão. As ações de assistência colaboram para a permanência do estudante e há planejamento de oferta de disciplina mais suave... é provável que seja mantido essa organização. Há reuniões com os alunos e familiares. Tb há projetos de apoio psicológico – com profissionais da saúde e educação.” (E.G., sociedade civil regional)

Todo esse esforço foi realizado com o intuito de evitar a evasão escolar – que, entre o final de 2021 e início de 2022, mostrou-se real, diante dos dados verificados para o ensino médio<sup>5</sup>. Para isso, algumas medidas foram delineadas vislumbrando a permanência dos estudantes nas escolas. O Projeto Busca Ativa Escolar recorreu a toda a rede de apoio dos municípios - inclusive, por meio dos agentes comunitários de saúde.

Nessas microrregiões a produção da agroindústria foi impactada, com reflexos para as famílias do alunado. Os dados produzidos a partir das entrevistas e dos grupos focais indicam que os estudantes mais velhos abandonaram os estudos em função da necessidade de trabalhar, fosse para suprir a mão-de-obra que precisou manter o distanciamento social ou pela busca de uma atividade extra para compor a renda da casa.

No cenário pandêmico, outra situação ganhou novos contornos, qual seja, o fato de que estudantes do ensino fundamental I dependem do auxílio de pessoas mais velhas para desenvolver as tarefas da escola. A pesquisa mostrou que, em famílias mais numerosas, essa tarefa coube aos irmãos mais velhos. Contudo, a necessidade do trabalho por parte dos estudantes do segmento fundamental II (6º ao 9º ano) e ensino médio impactou não só os seus

---

<sup>5</sup> Levantamento realizado pelos Tribunais de Contas de todo país, incluindo o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE-ES, mapeando a taxa de permanência dos estudantes (número de estudantes que, independentemente da matrícula, estava frequentando ou realizando as atividades propostas durante o período da pandemia), foi apurado que em 2021 mais de 10% dos estudantes não eram considerados permanentes na escola.

próprios estudos, mas também dos irmãos mais novos, estudantes da educação infantil e fundamental I (1º a 5º ano).

“Impactou o meio rural. Não teve mão de obra para a colheita do café e perderam parte da sua produção. Os estudantes jovens precisaram trabalhar. Os produtores consideraram o auxílio emergencial responsável pela ausência de trabalhadores.” (H.D., gestor público regional)

O cenário pandêmico impactou de diferentes formas as realidades das famílias capixabas, no que concerne ao ensino. A depender dos contextos, nuances são desveladas e novas complexidades são reveladas - e esta pesquisa teve o mérito de conseguir captar algumas.

#### **4.2. PRÁTICAS PARA MINIMIZAR O IMPACTO DA PANDEMIA**

Os impactos no processo de ensino e aprendizagem se mostraram perversos, diante da desigualdade de condições sociais dos alunos. Houve defasagens de habilidades e competências<sup>6</sup>, uma vez que nem todos tinham as condições sociais, estruturais e tecnológicas para o aprendizado. Além da dimensão da educação formal tem-se a dimensão física e emocional, variando de sequelas provocadas pela doença até a perda de parentes e amigos. Algumas situações colocaram crianças e adolescentes na condição de órfãos, o que os obrigou a reconfigurar sua vida após a pandemia.

De um modo geral, o isolamento social promoveu transformações substanciais na rotina e no desenvolvimento das tarefas do cotidiano. Segundo Arruda (2020), “no caso da educação, promoveu desconstruções sob a forma como o ensino e a aprendizagem são vistos socialmente.” (ARRUDA, 2020, p.2). A partir dessas considerações, temos a oportunidade de tecer interpretações sobre o quanto a educação - e, em especial, a escola - é lida como serviço essencial (ou não), para a nossa sociedade; sobre como o ensino pode e deve ser interpretado enquanto condição de alcançar a liberdade como condição de desenvolvimento, defendida por Sen (2000); sobre como o ensino pode e deveria ser condição para superar a reprodução das condições de desigualdades sociais, conforme desnudou os estudos de Bourdieu e Passeron (1982).

---

<sup>6</sup> Segundo estudo realizado na cidade de Sobral/CE, produzido por pesquisadores do Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais da UFRJ, comparado os anos de 2019 e 2020 a perda foi equivalente a 7 meses de aprendizagem em linguagem e matemática, quando consideradas crianças em idade pré-escolar. (fonte: <https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2023-05/defasagem-nos-estudos-pela-pandemia-pode-ser-recuperada-diz-pesquisa>. Acessado em 30 mai 2023).

A partir da primeira mobilização significativa, com o fechamento das escolas em março de 2020, não fora possível definir a durabilidade da interrupção das aulas e não houve qualquer plano para a realização remota das atividades escolares. Somente em outubro de 2020 foi autorizado o retorno presencial, seguindo orientações planejadas conjuntamente pelas Secretarias Estaduais de Educação e Saúde; nesse intervalo, houve muitas mudanças na condução dos processos educativos – desde a suspensão completa das atividades escolares até a recomendação para a execução de Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs) que, em julho de 2020, passaram a ser contabilizadas como dias letivos.

As alterações no processo de ensino-aprendizagem seriam sentidas com maior intensidade após o retorno dos estudantes à sala de aula, com a retomada das atividades escolares presenciais de modo mais sistemático. O tamanho dos prejuízos causados por esta pandemia ficará mais explícito mediante apresentação dos resultados das avaliações de conhecimento em nível nacional indicados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e, em níveis estaduais, pelo Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES), cujos resultados devem ser disponibilizados ao longo do ano de 2023. Por ora, foi possível contar com indicadores gerados no cotidiano escolar como percentual de retorno e permanência dos estudantes nas aulas presenciais, medidos pela frequência escolar, bem como pelas avaliações diagnósticas que mostraram uma considerável defasagem entre alunos.

Com o intuito de minimizar os efeitos provocados pela pandemia, a Secretaria Estadual de Educação (SEDU), por meio da Portaria nº 088-R, de 10 de agosto de 2020, considerou a recomendação do Conselho Nacional de Educação (2020). A referida normativa determinou um esquema de rodízio entre os estudantes para atividades presenciais, dividindo as turmas a partir da chamada escolar em dois grupos semanais para frequentar a escola alternadamente. Entretanto, a presença foi facultativa, sendo permitida aos estudantes a participação em atividades remotas. Esse motivo colaborou para que o número de estudantes que retomavam às aulas presenciais permanecesse reduzido, além de ter dificultado a medição mais sistemática do impacto sobre a aprendizagem. Apesar dessa tentativa, indicações dos professores apontavam para o fato de que houve perda de aprendizagem, a partir de avaliação diagnóstica aplicada no início de 2021.

Pela mesma razão, mensurar a evasão foi um problema. A Busca Ativa Escolar, estratégia de ação desenvolvida pela Unicef, a qual articulou agentes de saúde municipais e outros atores para acessar os estudantes e seus familiares, foi o caminho usado para auxiliar na manutenção do vínculo aluno-escola. Entre as microrregiões que formam o recorte para este estudo de caso, apenas quatro dos 24 municípios não haviam aderido ao projeto até o início de 2021: Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo e Laranja da Terra.

Diante da preocupação com a qualidade do desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes em face do contexto pandêmico, a Secretaria de Estado da Educação lançou o Programa EscoLAR que disponibilizou uma série de recursos para apoiar estudantes e professores.

“O principal recurso utilizado pelo EscoLAR é a transmissão de videoaulas, por meio de canais de televisão e/ou por meio de redes sociais como Facebook, Youtube, WhatsApp, dentre outros, nos formatos ao vivo ou gravado, em dia e horário específicos, para turmas específicas.” (SEDU/EscoLAR, 2020)

Apesar de a mediação remota oferecida pelas ferramentas virtuais trazer benefícios nesse contexto, para parte da comunidade estudantil, a solução se tornou excludente nas microrregiões investigadas, na medida em que parte da população discente estava desprovida dos recursos tecnológicos necessários para o acompanhamento das aulas. Especialmente os moradores de zonas rurais que não dispunham de sinal de internet ou de sinal digital de televisão para acesso aos recursos disponibilizados em plataformas digitais.

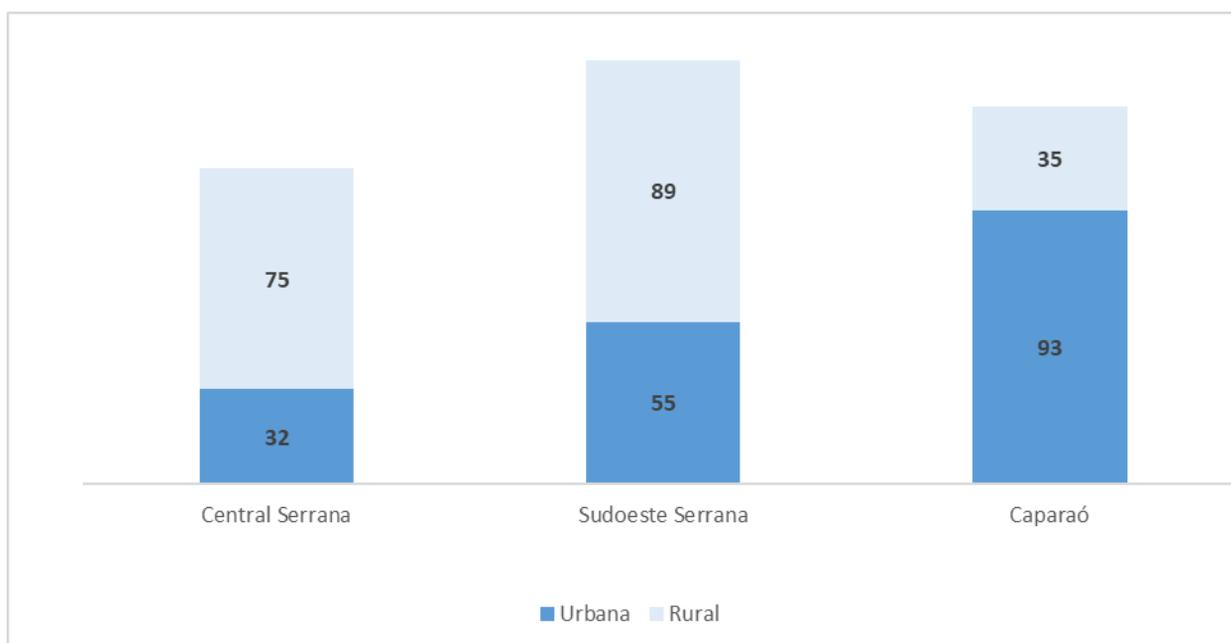
Desse modo, o ensino remoto privilegiou a promoção da educação a uma parte da sociedade em detrimento da outra. Para além das condições das famílias – aquelas que possuíam melhores condições financeiras conseguiam criar ambientes de aprendizagem mais adequados (pessoas com maior idade, seja da família ou contratadas na condição de professores particulares para auxiliar no aprendizado) –, as condições de acesso à tecnologia formataram um contexto de reprodução, ou mesmo de ampliação, das condições de desigualdade.

Para acesso aos meios mais tecnológicos, além dos equipamentos como *smartphones* e *notebooks*, havia a necessidade de disponibilidade de acesso à internet com qualidade da transmissão de dados. Nesse sentido, antes mesmo da pandemia, desde 2008, o Programa Banda Larga nas Escolas objetivou levar conexão a todas as unidades educacionais públicas urbanas;

segundo dados disponibilizados pelo próprio programa, até dezembro de 2025 toda a cobertura estará disponível. Contudo, essa meta não abarca escolas rurais, evidenciando, novamente, a ampliação de desigualdades em acesso à internet.

Considerando o território estudado e as unidades estaduais e municipais de ensino (SEDU, 2019), observamos a seguinte segmentação de zonas:

**Figura 3 – Escolas urbanas atendidas pelo Programa Banda Larga nas Escolas e Atendimento Rural (%)**



Fonte: Anatel, 2020.

Apesar do avanço na democratização do acesso à internet, a qualidade do serviço oferecido está aquém do necessário para o desenvolvimento regional e do ensino público – como observado no Quadro 1. Para auxiliar nessa interpretação, é possível observar que a velocidade de transmissão de dados disponibilizada em cada microrregião é significativamente baixa na zona rural – quando há sinal.

**Quadro 1 – Velocidade de internet disponível para as escolas<sup>7</sup>**

Localização	Urbana	Rural
	<b>Velocidade da internet</b>	
	<b>2 Mbps</b>	<b>0.256 Mbps</b>
<b>Central Serrana</b>	84,40%	93,30%
<b>Sudoeste Serrana</b>	74,50%	94,00%
<b>Caparaó</b>	67,70%	91,40%

Fonte: Anatel, 2020. Tabela produzida pelos pesquisadores.

Diante da necessidade de atender à demanda para ampliação do serviço de internet nas áreas fora dos centros urbanos - com baixas densidades demográficas e menores recursos –, tramitou, na Câmara dos Deputados, um projeto que autorizava o uso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) com a finalidade de universalizar o serviço em áreas urbanas até 2024. O foco seria o serviço de internet banda larga para todas as escolas públicas da rede básica de todo o país. Sob a justificativa de violação das leis de Diretrizes Orçamentárias e Responsabilidade Fiscal, o projeto foi vetado pelo então Presidente da República. O veto, contudo, foi derrubado pelo Congresso em meados de 2021 e seguiu para promulgação, transformando-se em lei. Cabe, agora, a fiscalização social para tornar a lei em realidade – algo ainda distante, pelo menos no território aqui pesquisado.

Outro obstáculo que perpassou o ensino a distância diz respeito à nova forma de ensinar. Alunos e professores, para continuarem as atividades escolares, desempenharam tarefas solitárias, mediadas pela tela, que pressupunha autonomia e habilidade para uso da ferramenta. Para os estudantes com menor idade, a dificuldade foi inversamente maior. Pais e responsáveis tornaram-se essenciais no auxílio ao ensino, já que estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental I, por exemplo, têm como principal objetivo formal aprender a ler e a escrever. Conforme já apontado, considerando que muitos adolescentes e jovens estudantes, principalmente das áreas rurais, necessitem auxiliar no trabalho e composição da renda familiar, esse dado se mostrou ainda mais dramático para os municípios investigados.

<sup>7</sup> Nota: O percentual foi calculado sobre 379 unidades que participam do Programa Banda Larga nas Escolas e Atendimento Rural.

A taxa de analfabetismo nas microrregiões que formam o território em estudo ultrapassa 10% da população, ampliando o desafio para os pais e responsáveis que não sabem ler e escrever, razão pela qual, não conseguem auxiliar as crianças e adolescentes no processo educativo (INEP, 2018). Se dentro do aparato oferecido pela escola a situação socioeconômica é uma variável que impacta o desenvolvimento do estudante, pode-se supor as dificuldades enfrentadas pelas famílias que precisaram lidar com problemas de ordem econômica, emocional e de saúde que acabaram reverberando de modo direto na qualidade de aprendizagem, em contexto pandêmico.

Houve ainda o desafio de garantir a segurança alimentar dos estudantes das escolas públicas da rede básica de ensino, que tinham, na escola, o aporte para realizar, ao menos, uma refeição por dia. O recurso para subsidiar a alimentação dos estudantes é enviado pelo governo federal, segundo diretrizes estabelecida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O valor é calculado de acordo com o número de estudantes indicados no censo escolar. No período em que as unidades escolares estiveram fechadas, a verba recebida pela escola foi revertida em cestas básicas e distribuídas para as famílias dos estudantes inscritas no CadÚnico. O repasse para as unidades municipais aconteceu por 10 meses, de fevereiro a novembro de 2020, o que implicou a falta de oferta em alimentação por dois meses – dezembro daquele ano e janeiro de 2021. No caso das escolas da rede estadual, o retorno às aulas presenciais aconteceu em outubro de 2020 - e, desde então, a alimentação passou a ser ofertada novamente nas escolas.

Com o retorno presencial das aulas, a Secretaria Estadual de Educação disponibilizou materiais para apoiar o retorno de profissionais e estudantes no contexto de pandemia, por exemplo, por meio da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (APOIE) - que surgiu em função do quantitativo de demandas dos profissionais da educação no atendimento às questões psicossociais. Seu principal objetivo foi – e ainda é – promover ações e projetos no âmbito psicossocial no cotidiano escolar.

#### **4. CONCLUSÕES**

A pandemia de COVID-19 colocou em evidência uma série de situações completamente novas para a sociedade; pressionou o reordenamento das condições de ensino, principalmente a

partir de estratégias remotas de ensino - em um primeiro momento - e um modelo híbrido<sup>8</sup> (tentado, pelo menos, a partir de outubro de 2020, nas 3 microrregiões administrativas pesquisadas, no estado do Espírito Santo). A análise dos dados e das ações do governo estadual não pode ser etérea em relação às condições inéditas às quais foram submetidas a sociedade, principalmente no ano de 2020 – quando tudo era ainda mais recente para todos. Isso, contudo, não inviabiliza as críticas de que as propostas implementadas contribuíram para a reprodução de desigualdades sociais no contexto do ensino.

A transposição de soluções exógenas para o território investigado mostrou a ineficiência das propostas, dadas as condições de infraestrutura digital. Além disso, as condições econômicas que colocaram algumas das famílias de agricultores em situação de necessidades materiais forçaram a evasão, a defasagem de conteúdos e/ou a situação em que alunos dos primeiros anos do ensino fundamental I não fossem acompanhados por pessoas mais velhas em condições de auxílio nos estudos. Famílias com maior poder aquisitivo tiveram a oportunidade de adquirir equipamentos que viabilizassem o acompanhamento dos conteúdos; não sofreram os mesmos impactos econômicos da pandemia, de forma que puderam vivenciar melhores condições de apoio aos estudantes – principalmente os com idade entre 6 e 9 anos, que perfazem o percurso da alfabetização.

Se devemos ter parcimônia nas críticas às ações desencadeadas no primeiro e no segundo ano de pandemia, agora já não precisamos ser tão cautelosos. Os dados apontam problemas referentes às medidas adotadas pelos gestores das redes de ensino e o cenário indica que as ações minimizaram as dificuldades - mas não foram suficientes para superá-las. Essa pesquisa mostrou os subprodutos dos modelos adotados, que não levaram em conta as condições de ensino que remontam áreas urbanas e rurais – com suas marcações distintas. O resultado desse período é um contingente de alunos que apresenta defasagens de conteúdos previstos nos documentos oficiais que regem a educação no Brasil.

Temos dados e informações que nos permitem redesenhar – reordenar mais uma vez – o ensino nesses territórios. Contribuir para com a liberdade política e civil – desenvolvimento da

---

<sup>8</sup> Modelo que busca conciliar estratégias de ensino presencial e à distância, seja com conteúdos síncronos (ao vivo e com possibilidade de interação) ou assíncronos (conteúdo gravado).

acepção de Amartya Sen – a partir da educação e de práticas de ensino, deve ser o foco das políticas públicas. O caminho para a retomada do ritmo crescente da educação capixaba, demonstrada por avaliações externas como o IDEB, exigirá planejamento e investimentos. Com base nos dados e em experiências pretéritas, defendemos que é preciso elaborar ações que fortaleçam o vínculo do estudante com a escola, valorizando os projetos que mobilizem conhecimentos para resolução de problemas reais, atribuindo novos sentidos ao tempo depositado na educação.

Destacamos, também, a importância da escola como agente socializador e o papel do professor – que ganharam destaque frente aos resultados obtidos com o ensino remoto, na educação básica. Direta ou indiretamente, os dados mostram o quanto os profissionais da educação são fundamentais para o desenvolvimento humano.

Por fim, realizar uma investigação em tempos de pandemia nos obrigou a ressignificar os modos de operacionalização de pesquisa que planejava ampla participação social. A utilização de novos formatos de coleta de dados e a experimentação de instrumentos tradicionalmente aplicados presencialmente (como entrevistas em profundidade e grupos focais) necessitaram migrar para o campo virtual – abrindo espaço para inovações metodológicas. Apesar desse novo formato cumprir com aquilo que se propôs a pesquisa – a produção de dados acerca das condições estruturais e sociais de implementação de processos de ensino durante a pandemia e como estas se relacionam com as desigualdades sociais –, a execução do campo presencial não pode ser desconsiderada e fica como agenda futura de investigação para o aprofundamento das informações levantadas.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANJOS, Hellen Vivian Moreira dos; CARDOSO, Antônio Dimas. **Covid-19, Desigualdades e Privilégios na Educação Profissional Brasileira**. Educação & Realidade [online], Vol. 47, mar 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/YmRmyC7rgMcVrtwWnRHgNxc/?lang=pt#>. Acessado em 09 set de 2022.

ARAUJO, Denise Conceição Garcia et al. **Percepções sobre o ensino remoto-domiciliar durante o isolamento físico: o que as mães têm a nos relatar?** Saúde e Sociedade [online]. Vol. 31, Jan

2022, N. 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BJqstQXdt5MSRCvQQRpPW7L/?lang=pt#>. Acesso em 09 set. 2022.

ARRUDA, Eucidio Pimenta. **Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19**. Em Rede - Revista de Educação a Distância. Vol 7, N. 1, jan 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em 02 nov 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Ministério da Educação. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category\\_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em 02 nov 2020.

BRASIL. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em 02 nov 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde**. Ministério da Saúde. Pandemia da covid-19 escancarou as desigualdades, revela estudo da OXFAM sobre acesso à vacinação. (2022). Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2728-pandemia-da-covid-19-escancarou-as-desigualdades-revela-estudo-da-oxfam-sobre-acesso-a-vacinacao>. Acesso em: 26 mai 2023.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA. Vacina – o atraso do Brasil, impactos econômicos e sociais. (2021). Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/2021/01/04/artigo-vacina-o-atraso-do-brasil-impactos-economicos-e-sociais/>. Acesso em 26 mai 2023.

COUTO, Edvaldo Souza; COUTO, Edilece Souza; CRUZ, Ingrid de Magalhães Porto. **#fiqueemcasa: educação na pandemia da covid-19**. Interfaces Científicas. Vol 8, N.3, p. 200 – 217. 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8777/3998>. Acesso em 09 set 2022.

CRESWELL, Jhon W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. 2. ed. Brasília, DF: Líber Livro, 2005.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan/mar. 2006. Disponível em <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/694>. Acessado em 09 set 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de população**. Brasília, DF, 2019.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso em 10 out 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIDRA**. Brasília, DF. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CD/A/Q>. Acesso em 10 out 2020.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação, PNE em movimento**. Relatório de Linha de Base - Meta Educação. Governo Federal. 2018/2020. Disponível em [http://simec.mec.gov.br/pde/grafico\\_pne.php](http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php). Acesso em 01 nov. 2020.

MACIEL, Ethel Leonor Noia. Como o negacionismo científico dificultou a campanha de vacinação contra a covid-19 no Brasil. In: **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC**, Ano XXXV, nº 793, abril/maio 2021, p. 13. Disponível em: [http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2021/06/JC\\_793.pdf](http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2021/06/JC_793.pdf). Acesso em 26 mai 2023.

SALVATO, Márcio Antônio; FERREIRA, Pedro Cavalcante Gomes; DUARTE, Angelo José Mont’Alverne. **O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 40, n. 4, out-dez 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/LKVPvzm7PdJcbqF7PxY5dsq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 2 nov de 2020.

SANTOS, Leonardo Bis dos; MENDES, Rayssa Pereira do Nascimento; PATEZ, Mariana Luz; BERNARDES, Joana Angélica Adão. Governança territorial e capital social para o desenvolvimento regional sustentável. In: SANTOS, Leonardo Bis dos; MALACARNE, Robson. **Desenvolvimento regional sustentável: revisar conceitos para construir novas alternativas**. Curitiba: CRV, 2020, pp. 19-40.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

**SEDU, Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo**. Matrícula por Modalidade, Etapa, Localização Diferenciada, Escola e Rede Escolar do Espírito Santo. Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória, 2019. Obtido a partir da Lei de Acesso à Informação.

**SEDU, Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo**. Portaria nº 4.597-R, de 16 de março de 2020. Disponível em: <https://servidor.es.gov.br/Media/PortalServidor/Documentos/DECRETO%20N%C2%BA%204597-R-2020.pdf>. Acesso em 09 jan 2023.

**SEDU, Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo**. Portaria nº 088-R, de 10 de agosto de 2020. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/portaria%20092-R.pdf>. Acesso em 12 out 2020.

**SEDU, Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo**. EscolAR, Sobre o Programa EscolAR. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/escolar/o-que-e-o-programa-escolar>. Acesso em 12 out 2020.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – TCE – ES**. TCE-ES conclui levantamento

sobre permanência e à participação dos estudantes durante o período de aulas remotas. (2022). Disponível em: <https://www.tcees.tc.br/tce-es-conclui-levantamento-sobre-permanencia-e-a-participacao-dos-estudantes-durante-o-periodo-de-aulas-remotas/>. Acesso em 26 mai 2023.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** Temáticas, n. 22, p. 203-220. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em 09 set 2022.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.